

A moratória e Marx

24 MAR 1987

PAULO MATTACHADO

CORREIO

BRAZILIENSE

Os grandes nomes do pensamento político mundial estão em moda no Brasil, talvez como consequência dos debates constituintes. O presidente Sarney tirou Bakunin do ostracismo, acusando os empresários da Fiesp de serem discípulos do grande anarquista. O Ministro da Justiça não perde oportunidade de insinuar, em suas entrevistas, que a CUT segue Sorrel, o defensor da greve política e precursor do fascismo.

Por ironia, se Marx fosse vivo estaria hoje aplaudindo a moratória decretada pelo Brasil e o Manifesto Comunista teria outro preâmbulo. O apelo à união dos proletários seria, por certo, substituído pelo brado: "Devedores de todo o mundo, unidos!".

Um espectro ronda os países do Primeiro Mundo — o espectro da moratória. Todas as potências hegemônicas do Ocidente — Estados Unidos e Alemanha, Inglaterra e França, Itália e Bélgica — se uniram ao Japão, numa santa aliança, para exorcizar esse espectro; Reagan e Mitterrand, conservadores ingleses e democratas cristãos alemães, socialistas italianos e liberais japoneses.

Periodicamente, os sete grandes se reúnem em conclave, ora sustentando que o pagamento dos juros aos banqueiros é uma "questão moral" e que nenhum sacrifício, nem a recessão, o desemprego, a fome e a morte de milhões de crianças seria grande demais para manter a "honra nacional e o crédito dos países devedores", ora ameaçando os inadimplentes com sanções apocalípticas.

A história contemporânea é a história das lutas dos países devedores contra os credores dos países pobres contra os ricos.

Metrópoles e colônias, Estados senhores e Estados vassalos, opressores e oprimidos, em uma palavra, países exploradores e países explorados, em permanente luta, algumas vezes de

modo obscuro, outras em luta aberta. Uma luta que só terá fim quando houver uma completa reconstrução do sistema financeiro e comercial do mundo, com a derrocada do acordo de Bretton Woods, espécie de tratado das Tordesilhas, que dividiu o mundo em países ricos, cada vez mais ricos, e países pobres, cada vez mais pobres.

A nossa época, época das multinacionais e dos banqueiros internacionais, tem uma característica especial: ela sofisticou a forma de exploração colonialista. As antigas colônias são, hoje, formal e politicamente independentes, mas econômica e culturalmente dominadas e exploradas. O mundo, cada vez mais dividido em dois campos hostis, com dois tipos de países de interesses antagônicos — os países do Terceiro Mundo, pobres, fornecedores de matérias-primas a preço cada vez mais aviltado, pagadores de juros cada vez mais usurários —, e os países do Primeiro Mundo, ricos, importadores de matéria-prima e cobradores de juros.

O aumento dos preços do petróleo da década de 70 apenas serviu para aprofundar a exploração dos países pobres.

Até os exportadores de petróleo estão na maior miséria. Os petrodólares foram apropriados pelos países ricos e, em seguida, emprestados aos pobres a juros abusivos.

O sistema de exploração colonialista foi substituído por métodos mais refinados. No antigo, a produção das colônias era monopolizada pela metrópole, obrigada a ter poderosas forças de ocupação para manter o jugo e a espoliação. A crescente demanda de matérias-primas para o consumismo e o desperdício das metrópoles e os investimentos ensandecidos da corrida armamentista torna-

ram obsoletos os mecanismos tradicionais de exploração colonial.

Surgiram as empresas multinacionais, que monopolizaram, nos países pobres, a produção, comercialização e exportação de matérias-primas, fixando seus preços consoante seus próprios interesses, pois são elas mesmas que compram as matérias-primas. Usando o artifício do subfaturamento, quando exportam, e superfaturamento, quando importam, elas aumentam, ilegalmente seus lucros e fazem uma sangria na economia dos países pobres.

Associados aos banqueiros dos países ricos, essas empresas vendiam aos países pobres seus produtos industrializados, estimulavam a construção de hidrelétricas, usinas nucleares, portos, ferrovias, para facilitar a exploração dos recursos naturais dos países pobres.

O controle do comércio mundial pelas multinacionais, as exportações dos países pobres, e as importações dos ricos, constituiu o primeiro instrumento dessa exploração neocolonialista.

Os empréstimos, com juros móveis, fixados arbitrariamente e unilateralmente pelos banqueiros, é outro mecanismo que completa o pacto colonial.

Os países devedores se submetem aos tribunais e às leis dos países ricos e credores, hipotecam suas divisas para garantir os empréstimos, submetem suas economias a modelos que convêm aos credores.

Uma instituição criada pelos países ricos, o FMI, espécie de "serviço de proteção ao crédito dos banqueiros", se incumbiu de fiscalizar a política econômica dos países pobres, de modo a assegurar o pontual pagamento dos juros, **spreads**, das remes-

as de lucros, ostensivas ou clandestinas, e o pagamento de royalties, etc.

Algumas vezes, quando os protestos do povo contra esta escravidão pacífica ameaçam os interesses dos países ricos, as elites dos países pobres, cúmplices e parceiras na exploração, eliminam as liberdades públicas ou suprimem os canais legítimos de manifestação da vontade popular. E eleições livres e diretas acabam adiadas para as calendas.

Um desses países devedores, o Brasil, viu sua "dívida (dívida?) externa" crescer de US\$ 49 bilhões em 1979 para mais de US\$ 100 em 1985, sem que entrasse no País um só dólar, embora tenha pago mais de US\$ 36 bilhões de juros no período.

As multinacionais, que controlam mais de 70 por cento do comércio exterior desse país, remeteram clandestinamente para os países ricos mais de US\$ 18 bilhões, usando artifícios do sub e do superfaturamento.

Os países pobres estão cada vez mais conscientes de que é matematicamente impossível pagar a dívida, os juros da agiotagem, as taxas de **spread** e as "taxas de corrupção", sempre presentes nas negociações, não importa o estágio de desenvolvimento em que se encontre o devedor.

A reunião de Cartagena, espécie de "Internacional dos Devedores", foi o primeiro e tímido passo. Os países credores tremem diante da possível união dos países pobres num Comitê de Devedores para enfrentar o comitê dos credores.

Com a moratória, os países devedores nada têm a perder, senão os grilhões que os prendem aos países ricos, às multinacionais, e aos banqueiros. "Devedores de todo mundo, unidos!"

Paulo Matta Machado é advogado e jornalista